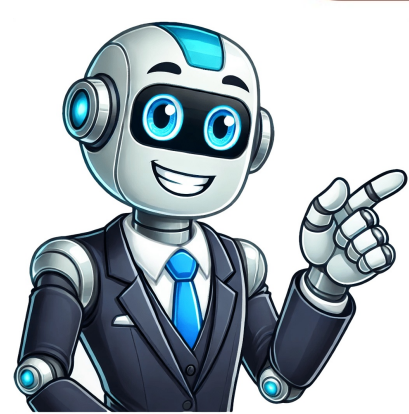


Click to prove
you're human



Com os hormônios da adolescência é natural que esses jovens queiram se relacionar amorosamente com outras pessoas, entretanto, muitos pais e adultos recriminam essa conduta, fazendo com que surja a pergunta: afinal, com que idade é permitido namorar? A nossa Legislação não estabelece uma idade mínima para namoro, porém, temos alguns artigos que nos ajudam a responder essa pergunta. O art. 3º e 5º do Código Civil dispõem que o menor de 16 anos é absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil e que essa incapacidade cessa aos 18 anos, já o art. 217-A do Código Penal dispõe que terminantemente proibido ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos, podendo a pessoa que descumprir essa regra ser condenada por estupro de vulnerável. Assim, é possível inferir que a idade mínima para namorar é 14 anos, a partir dessa idade presume-se que o adolescente tem discernimento para consentir com o namoro. Sou maior que 14 anos, mas menor que 18, posso namorar alguém menor de 14 anos? A resposta é NÃO! Por mais que você seja menor de 18 anos, continua sendo crime namorar menor de 14 anos e você cometerá ato infracional análogo a estupro de vulnerável. Adulto (maior de 18 anos) pode namorar menor de 18 anos? Sim! Desde que não seja menor de 14 anos e que seja uma relação consentida, não há qualquer problema em se relacionar, mas é sempre bom ter o consentimento também dos pais do(a) menor. Qual idade pode casar? Aproveitando o ensejo, a idade mínima para poder casar é 16 anos, isso porque, como dito acima, a lei estabelece que o menor de 16 anos é absolutamente incapaz de exercer atos da vida civil, isso significa que, perante a lei, eles não têm discernimento para decidir sobre nada e não podem fazer nada sem a permissão de um responsável legal. Já a partir dos 16 é possível exercer alguns atos da vida civil, como votar, por exemplo. É importante destacar que, mesmo podendo casar a partir dos 16, ainda é necessário ter a permissão dos pais, caso ainda não tenha completado 18 anos, vale ressaltar também que, após o casamento, o jovem de 16 anos se torna plenamente capaz para os atos da vida civil, independentemente de se separar antes dos 18 anos. Atualizado em: 22/08/2024 na categoria: Dr. Responde Revisão editorial: Camila Cerqueira Meu nome é Camila Cerqueira, recém formada em Direito pela Universidade Salvador, pós graduanda em Direito e Processo do Trabalho e entusiasta do Direito Previdenciário. Tenho experiência na área trabalhista, família, civil e previdenciário e consumidor e tentopassar um pouco do meu conhecimento para vocês. A união estável é um contrato realizado por duas pessoas que convivem, formando uma entidade familiar, fora do âmbito do casamento. Lembrando que o conceito de família é amplo, não exigindo filhos ou consanguinidade.Ainda têm dúvidas sobre a união estável Continua no post que você vai aprender muito mais e ainda vai ter um modelo de união estável para poder realizar a sua.Os documentos necessários para que ambos apresentem são: RG + CPF, certidão de nascimento, comprovante de residência.Caso seja divorciado deve apresentar certidão de casamento com registro de divórcio e, caso seja viúvo, deve apresentar certidão do primeiro casamento e a certidão de óbito do cônjuge falecido.Sim, para ter uma escritura pública declarando a união estável é preciso pagar um valor, mas esse valor vai de cada estado, podendo custar desde R\$40,00 até uns R\$500,00, esse valor é pago ao cartório.Lembrando que fazer essa escritura não é obrigatória para constituir uma união estável, mas é mais segura, também pode haver o contrato por escrito.Sim, como já dito, o contrato particular é gratuito, mas para registrar esse contrato ou fazer uma escritura pública, é preciso pagar.Caso você não tenha feito registro em cartório, a união poderá ser desfeita com a simples separação de corpos, mas caso haja o registro em cartório será necessário um advogado ou defensor público para realizar essa dissolução.Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade RG nº..., inscrita no CPF sob nº ..., e nome(segunda pessoa), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG nº..., inscrito no CPF sob nº..., ambos maiores, residentes e domiciliados na Rua..., complemento..., Bairro..., cidade. Decidem as partes, pessoas juridicamente capazes para o ato, identificados documentalmente e reconhecidos como próprios na melhor forma de direito, celebrar o presente CONTRATO DE UNIÃO estável, que o fazem, mediante cláusulas e condições, o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO INÍCIO DA UNIÃO ESTÁVEL 1.1 Os CONTRATANTES reciprocamente mantêm relacionamento pessoal e conjugal, reunindo, neste momento os pressupostos necessários à configuração da UNIÃO ESTÁVEL. 1.2 Pelo presente, as partes comprometem-se a obedecer aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE BENS De acordo com o Código Civil de 2002, em seu art. 1.725 os CONTRATANTES reciprocamente decidem que o regime de bens, no presente e o por vir do relacionamento será o da COMUNHÃO OU SEPARAÇÃO parcial de bens. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS DOMÉSTICAS 3.1 Os CONTRATANTES convencionam que a vida em comum será regulada pelo princípio da completa igualdade, cabendo a cada parte atender suas próprias despesas e contribuir nas despesas do casal na proporção de suas respectivas posses e rendimentos, nos termos do Art. 1688 do CC. CLÁUSULA QUARTA - DA PLENA EFICÁCIA PERANTE A TERCEIROS 4.1 Os CONTRATANTES reciprocamente declaram ainda que têm plena ciência e integral conhecimento de todos os termos, eficácia e amplitude do presente documento, deliberando que qualquer alteração, modificação ou acréscimo somente poderá produzir efeitos através de outro documento público, ao qual ambos os CONTRATANTES deverão obrigatória e pessoalmente comparecer, ficando sem valor qualquer outro escrito, documento ou declaração individual que disponha de forma diversa, com data anterior ou mesmo posterior a esta escritura. CLÁUSULA QUINTA - DOS ALIMENTOS NA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL 5.1 Os CONTRATANTES acrescentam que, em caso de dissolução da união estável, eventual concessão de alimentos será objeto de convenção em homologação judicial. CLÁUSULA SEXTA - DOS FILHOS NO CASO DE DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL 6.1 Os filhos permanecerão em guarda compartilhada entre os pais, conforme dispõe o art. 1584, do código civil, cabendo igualmente a ambos atender diretamente as despesas para com o sustento dos filhos enquanto menores. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO 7.1 O contrato é por prazo indeterminado. 7.2 O presente contrato será extinto por: I – Rescisão unilateral ou bilateral, no caso haja violação de quaisquer das cláusulas e condições firmadas nesse instrumento. II – Resilição unilateral ou bilateral, mediante declaração por escrito. III – Pela morte de um dos Conviventes. Parágrafo primeiro: Em todos os casos anteriores, proceder-se-á à partilha conforme o acordado na Cláusula Segunda. CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES GERAIS 8.1 Quaisquer aditamentos e alterações do presente instrumento deverão ser feitos por escrito e registrados pela mesma forma que firmado o presente contrato. 8.2 Finalmente, as partes declaram que foram devidamente alertadas sobre as consequências da responsabilidade civil e penal da lavratura deste ato, por todos os documentos de identificação apresentados e por todas as declarações prestadas. E assim, justos e contratados, firmam o presente contrato ao qual sendo-lhes lido e por acharem-no em conformidade, aceitam, ratificam e assinam. Cidade, data. Nome e assinatura _____ Telefone: _____ Testemunha: NOME COMPLETO E CPF: _____ Testemunha: NOME COMPLETO E CPF: _____

[illegible]